

I Seminário Internacional Instituições,
Comportamento Político e Geografia do Voto

GT 02: PARTIDOS POLÍTICOS E
GEOGRAFIA DO VOTO

Brasília, 15-17 de maio de 2012

Partidos e Eleições Proporcionais: uma análise exploratória das estratégias partidárias nas eleições proporcionais.¹

Lara Mesquita (IESP/UERJ e CEM)

Glauco Peres da Silva (FECAP e CEM)

Andreza Davidian (USP e CEM)

O Sistema Eleitoral brasileiro prevê que a eleição para cargos legislativos – sendo a disputa para o Senado a única exceção – se dê através do voto proporcional. A definição de quem se elegerá leva em conta tanto os votos que cada indivíduo recebe quanto o conjunto de votos recebido pelos partidos. Há assim incentivos para que os partidos organizem a disputa internamente e estabeleçam estratégias para maximizar o resultado alcançado. A formação da lista de candidatos é um importante instrumento de maximização dos resultados uma vez que os nomes escolhidos devem potencializar o número de cadeiras que o partido obterá, mas deve evitar a competição entre os nomes. Neste sentido, o componente regional torna-se fundamental a fim de evitar a canibalização entre os candidatos de uma mesma lista. Conhecer estas estratégias e seu retorno eleitoral é o que se pretende nesse primeiro trabalho de uma pesquisa mais extensa.

I. Introdução

Os estudos sobre a consolidação do sistema partidário brasileiro ainda buscam identificar os mecanismos de seu funcionamento. Após uma longa tradição de trabalhos que apontam a fragilidade dos partidos, parte da literatura busca indicar a importância dos partidos como atores relevantes na organização do sistema. Exemplos neste sentido, Limongi e Cortez (2010) focam a análise nas eleições para a presidência e a capacidade dos partidos em fechar o pleito à concorrência dos demais. Santos (2008) vai além e aponta que cenário de estabilidade dos resultados eleitorais observado para as eleições do Executivo poderia ser entendido também ao caso das eleições legislativas, em especial para a Câmara dos Deputados.

¹ Pede-se não citar sem a autorização dos autores.

Cabe observar que esta interpretação da relevância da organização partidária no Brasil, por ser muito recente, ainda carece de teorização ampla que a suporte, assim como de um olhar mais abrangente que leve em conta o conjunto das disputas eleitorais. O conjunto de trabalhos que a partir de evidências empíricas tratam desta temática deixa algumas lacunas. Notadamente, esta literatura deixa de lado o tratamento que os próprios partidos dão às disputas proporcionais, principalmente ao legislativo federal. O “lugar comum” das críticas ao arranjo institucional destas disputas sempre repousou, por exemplo, sobre a hipótese de que a lista aberta, ao aumentar a influência dos eleitores na seleção de candidatos, diminuiria o controle das lideranças partidárias sobre esse processo de indicação. Mais do que isso, a lista aberta incentivaria à competição entre candidatos de um mesmo partido, produzindo incentivos à formação de lideranças personalistas e à criação de lealdades extra partidárias dos políticos com clientelas específicas do eleitorado. Consequência lógica deste raciocínio seria observada na elevada fragmentação partidária e no esvaziamento do papel dos partidos enquanto agentes relevantes para compreender a (des)estruturação da competição eleitoral para o legislativo.

Porém, pode-se dividir os incentivos criados pelo sistema de lista aberta em duas linhas distintas. Se os candidatos, por um lado disputam entre si um lugar de destaque na lista de seu próprio partido, o que os incentiva à disputa interna, por outro, o componente regional, com os possíveis controles e influências locais, os estimula a se aproximar de outros candidatos que tenham condições de buscar votos em outras áreas nas quais este não possua influência. Um candidato sozinho dificilmente alcança votos em número suficiente para se eleger e depende de que os demais aumentem o total de votos recebidos pela lista para que tenha condições de se eleger. Há, portanto, incentivos para que os partidos coordenem a disputa internamente e estabeleçam estratégias para maximizar o resultado alcançado. A formação da lista de candidatos é um importante instrumento de maximização dos resultados uma vez que, de um lado, os nomes escolhidos devem potencializar o número de cadeiras que o partido obterá, e de outro evitar a competição entre os eles.

Assumindo que os partidos podem agir estrategicamente dentro do contexto institucional, já que cabe a estes propor as listas submetidas na eleição, há espaço para o desenvolvimento de pesquisas neste campo. Uma alternativa possível de estratégia passa, portanto, pela análise regional dos votos. O partido procuraria elevar a sua abrangência regional como forma de alcançar maior número de eleitores e, assim, ter condições de expandir sua participação no Congresso Nacional², e ao mesmo tempo, o componente regional mostra-se fundamental para evitar a canibalização entre os candidatos de uma mesma lista. No entanto, de maneira geral, os trabalhos analisam os resultados eleitorais proporcionais de maneira agregada, sem considerar os aspectos espaciais. A concentração regional de votos dos partidos passa a ser um aspecto relevante neste contexto. Neste sentido, conhecer estas estratégias e seu retorno eleitoral é o que se pretende nesse primeiro trabalho de uma pesquisa mais extensa.

Este intuito será cumprido com a utilização de medidas que permitam a avaliação regional das eleições. Os índices de concentração devem permitir captar adequadamente a importância de tal característica do sistema. O índice Quociente Locacional (QL) traz medidas adequadas para a avaliação relativa da dispersão regional dos votos obtidos por um partido/candidato em determinada eleição. Este indicador, calculado para os candidatos, será contrastado com a regionalização dos votos do partido. Neste trabalho, este indicador será aplicado ao comportamento do PT e seus candidatos nas eleições da Bahia, escolhidos por se tratarem de um caso em que o partido apresentou elevação em sua participação nos votos daquele distrito, que culmina com a vitória na eleição para o governo desse estado em 2006. Servirá, assim, como exemplo de caso em que o partido obtém sucesso eleitoral ao longo do tempo em um distrito no qual não havia fatores históricos favoráveis a essa ascensão. Assim, este trabalho está dividido em quatro sessões, além desta introdução. A próxima apresenta elementos teóricos que sustentam a análise pretendida, para em seguida ser apresentado o método de

² Inclusive, Caramani (2003) aponta a espacialização dos votos de determinado partido como uma maneira de avaliar se o sistema é competitivo ou não. Quanto maior a abrangência atingida pelos votos de um partido, maior o grau de disputa entre eles e, portanto, mais institucionalizado está o sistema.

análise do problema. Em seguida, há a avaliação dos dados empíricos, fechando com uma sessão de comentários gerais.

II. Elementos teóricos

Em contraposição à interpretação da existência de partidos fracos como padrão característico do sistema político brasileiro, que remonta a Mainwaring (1991) e Lamounier (1989), surge recentemente uma literatura que, ao se basear na capacidade destes partidos estruturarem a dinâmica legislativa nacional, vislumbra algum grau de articulação partidária também na arena eleitoral. Primordialmente, o debate se encaminha para a avaliação da capacidade dos partidos já organizados de articularem-se a ponto de fecharem as eleições à entrada de novos partidos, focando basicamente nas eleições para o Executivo nacional. Por exemplo, Limongi e Cortez (2010) tratam desta questão abordando a capacidade do PT e do PSDB de articularem alianças com outros partidos de forma que, após seis eleições presidenciais no período pós redemocratização, ambos tenham concentrado os votos em cinco pleitos. Nesta perspectiva, PT e PSDB teriam conseguido estruturar as eleições nacionais através de alianças em cada distrito via coligações, que passam, portanto, pelas disputas pelos cargos de governador em cada um deles.

As eleições proporcionais ainda merecem uma observação mais detalhada como forma de identificar a dinâmica de consolidação dos partidos, inclusive como forma de identificar se o fechamento das disputas ao Executivo Nacional se reflete nas disputas na Câmara Federal. Seguindo Piquet e Almeida (2008), os resultados eleitorais observados para um partido específico sofre influência da disputa por outras cadeiras não só na mesma eleição, mas de eleições anteriores. Torna-se esperado, portanto, que os partidos sejam atores capazes de promover esta dinâmica ou ao menos que se utilizem deste fenômeno no desenho de suas estratégias de campanha.

Diante das regras eleitorais para disputa dos cargos legislativos, há diferentes estratégias possíveis de serem adotadas pelos partidos como forma de obter maior participação na Câmara dos Deputados. Uma delas é a partir da escolha

da lista partidária oferecida aos eleitores. É bastante conhecida a prática da inclusão de um puxador de votos: usualmente, um indivíduo midiático sem necessariamente possuir histórico político é incluído na lista como forma de alavancar a candidatura de outros indivíduos da mesma lista. Uma segunda possibilidade é a formação das coligações. São bastante comuns as alianças estabelecidas entre partidos, ainda que apenas por uma única eleição, nas quais cada sigla se aproxima de outras com o intuito de aumentar suas chances de eleger algum representante. Outra alternativa possível passa pela regionalização do voto. O partido procuraria elevar a sua abrangência regional como forma de alcançar maior número de eleitores e, assim, ter condições de expandir sua participação no Congresso Nacional.

Considera-se como ponto fundamental, portanto, que o resultado eleitoral observado em determinado distrito decorre de uma estratégia praticada pelo partido. Em *Making Votes Count*, partindo da premissa de que os eleitores votam de forma instrumental, Gary Cox (1997) nos mostra que a organização de um sistema partidário nacional envolve diferentes problemas de coordenação, e que os resultados das eleições sofrem impacto tanto das instituições adotadas quanto das estratégias dos políticos. E, conforme nos mostra, essas estratégias devem levar em conta a magnitude do distrito e as previsões de votos dos partidos, para que eles acertem não só nas estratégias de campanha, mas também e com impacto nestas, quantos candidatos irão lançar (Cox, 2005:78).

Ainda que a correlação entre ambas não seja perfeita, e de fato, questões circunstanciais terão influência sobre o resultado eleitoral observado a despeito da estratégia escolhida pelo partido, a avaliação temporal destes resultados deve permitir que se identifique o resultado da estratégia eleitoral adotada. No caso particular das eleições para deputado federal, esta capacidade de articulação pode ser avaliada pelo número de cadeiras conquistadas por distrito eleitoral, em primeiro lugar, como também pelo número de votos obtidos em cada município dentro daquele distrito. Esta estratégia pressupõe temporalidade, na medida em que cada resultado obtido em uma eleição se acumularia em algum grau influenciando os resultados dos pleitos futuros. Novamente, admite-se assim que os resultados em uma eleição qualquer

carregam de alguma maneira o histórico das ações tomadas pelo partido frente ao eleitorado (Piquet e Almeida, 2008).

Em suma, o trabalho tratará da concentração espacial do voto de cada partido em determinado distrito ao longo do tempo. Partidos são entendidos aqui como atores estratégicos que desempenham papel ativo na mobilização do eleitorado. O comportamento eleitoral dos indivíduos, captado aqui através do voto, é resultado das atividades de partidos políticos e consequência cumulativa de suas estratégias (Przeworski e Sprague, 1989).

III. Método de Análise

No contexto trazido, os partidos buscariam formar listas em cada distrito de forma a aumentar suas possibilidades de eleger seus quadros. O componente regional desta lista deve ser de tal forma que possibilite cobrir uma maior área do território da maneira o mais homogênea possível ao número de eleitores em cada cidade: dito de outra forma, encontraríamos mais candidatos disputando votos em cidades com mais eleitores e uma quantidade menor de candidatos em cidades com menos eleitores. Em um cenário assim, os candidatos daquele partido somariam esforços regionalmente buscando atingir maior número de eleitores. Do ponto de vista do partido, uma determinada eleição é um retrato da abrangência espacial de seus esforços naquele distrito. Considera-se, assim, que servirá de fonte de informações para a formação da lista na próxima eleição.

Assim, o primeiro passo é observar a distribuição espacial dos votos do partido. Este será cumprido com a verificação do percentual de votos em cada cidade que o partido recebeu na eleição de referência. Ainda que este procedimento não controle para o tamanho relativo da cidade, o que será fundamental para a avaliação da regionalização dos votos individuais, como se verá adiante, optou-se por esta medida em razão de que permite que se encontre mais facilmente as áreas nas quais os partidos possuem baixa influência e podem estabelecer como foco de expansão. O controle para o tamanho relativo da população local

não permitiria que se avaliasse este componente, o que seria uma perda na capacidade de análise pretendida.

Já do ponto de vista dos votos individuais, este controle é fundamental. O partido buscaria angariar em sua lista não apenas um candidato que possuísse muitos votos em termos absolutos em determinada cidade ou região. Dada a dimensão espacial das disputas para o legislativo, não se espera observar distribuições homogêneas de votos com relação ao número de eleitores em cada cidade, tampouco aleatórias, no sentido de que os votos recebidos não reflitam esforços dos candidatos. Estes farão campanhas em áreas específicas do estado, ainda que este processo não resulte em votações concentradas, como observado em Avelino *et al.* (2011). Ainda assim, a identificação das localidades de interesse de cada candidato pode ser determinada, desde que se controle o número de eleitores de cada município, pois a direta utilização do número de votos obtidos por cada candidato em qualquer localidade particular sofrerá da influência direta do seu tamanho relativo aos demais, o que é indesejado do ponto de vista da interpretação sobre a concentração espacial de votos.

É com intuito de superar estas dificuldades que propõe-se a utilização do Quociente Locacional (QL), conforme utilizado em Benavid-Val (1991). Este índice nos mostra qual a importância relativa de cada região dentro do setor da economia analisado, determinando se ali há empregados em número acima do esperado para o tamanho daquela cidade. Assim, uma adaptação possível para os resultados eleitorais é:

$$QL_{im} = \frac{V_{im}}{V_i} \bigg/ \frac{V_m}{V}, \quad (1)$$

onde V_{im} é o total de votos do partido i no município³ m , $V_m = \sum_i V_{im}$, $V_i = \sum_m V_{im}$ e $V = \sum_m \sum_i V_{im}$. O numerador mede a proporção de votos do partido em dado município, e o denominador, a proporção de votos da cidade sobre o total do distrito. Assim, quando o QL é igual a 1 significa que o partido recebeu

³ É importante ressaltar que o QL pode ser calculado para diferentes níveis geográficos de interesse, como zona, sessão eleitoral, ou mesmo conjunto de municípios, como micro e mesoregiões.

exatamente a quantidade de votos esperada naquele município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele; se igual a 2, o partido teria recebido duas vezes mais votos do que o esperado, e assim sucessivamente. Esta informação permite comparar a votação obtida em termos relativos por município com uma distribuição homogênea. Tem-se, assim, um contrafactual natural para este indicador.

IV. Explorando a lista partidária: O ascenso do PT na Bahia

O Partido dos Trabalhadores sempre esteve presente no cenário político baiano, apresentando uma trajetória ascendente que culmina com a conquista do governo estadual na eleição de 2006. Todavia, é apenas na eleição de 2010 que o partido passa a ter a maior bancada de deputados federais do Estado, superando a hegemonia do PFL/DEM. A tabela 1 a seguir apresenta o histórico de votos obtidos pelo partido para os cargos de governador e de deputado federal nas eleições entre 1994 e 2010, além de informações sobre os candidatos.

Nota-se que a ascensão nas eleições para governador é marcante. O partido não lança candidato em 1994 e obtém, 4 eleições depois, 64% dos votos válidos. Deve-se considerar que o sucesso no plano federal teve influência sobre esta trajetória, mas o grau de sucesso nas eleições para deputado federal, apesar de significativo, não foi tão marcante.

Tabela 1. Desempenho geral do PT - Deputado Federal BA 1994-2010										
Ano	1994		1998		2002		2006		2010	
Votos Governador (G)	0		524.959		2.057.022		3.242.336		4.101.270	
(G)/Total válidos	-		15%		38%		53%		64%	
Votos Deputado Federal (DF)	240.431		577.608		1.147.520		1.295.972		1.677.907	
(DF)/Total válidos	8%		14%		19%		20%		25%	
Nominas Legenda (DF)	0,7	0,3	0,8	0,2	0,8	0,2	0,9	0,1	0,9	0,1
N Candidatos N Eleitos (DF)	36	2	9	5	15	7	21	8	21	10

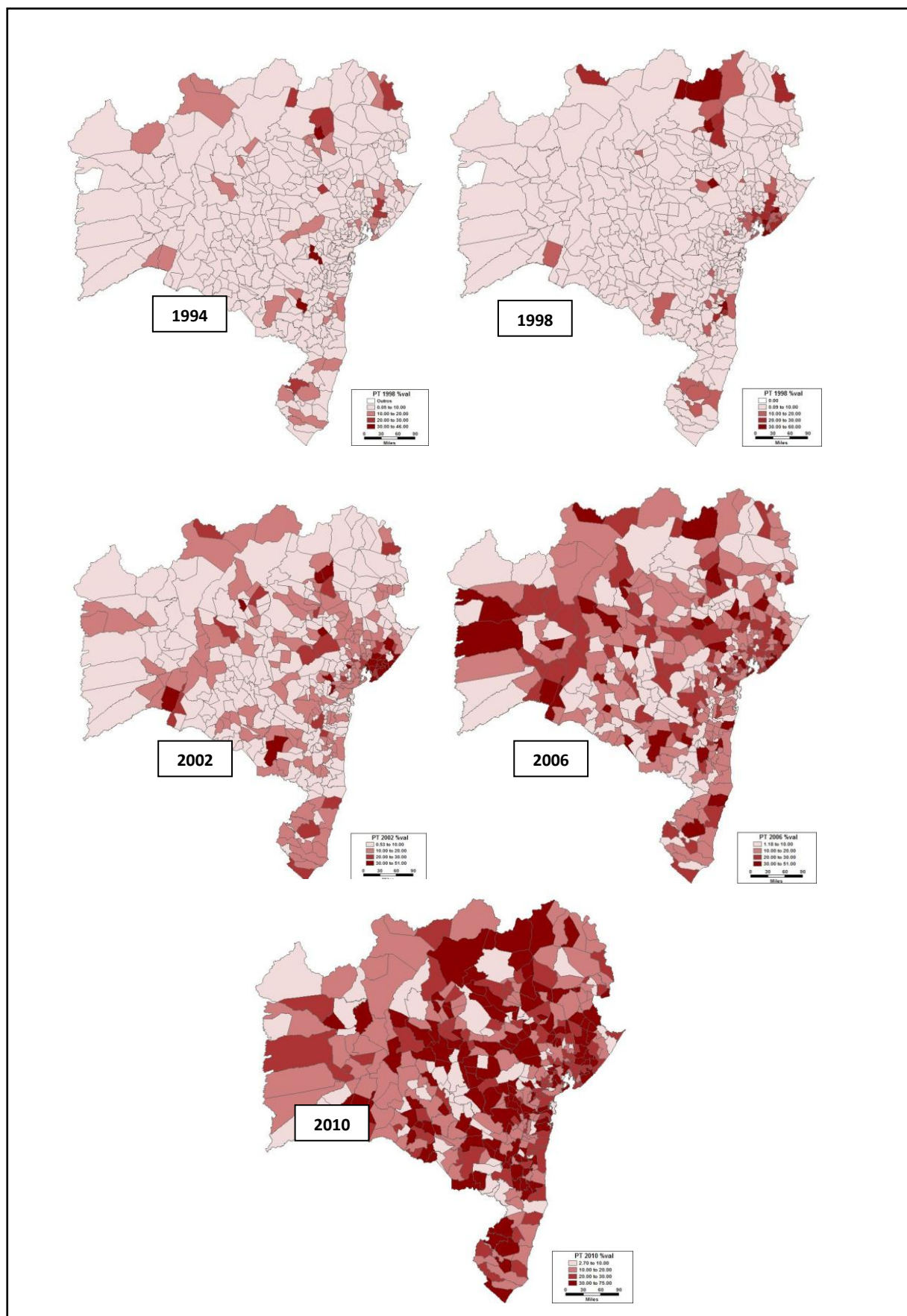
O crescimento do percentual de votos para Deputado Federal do PT sobre os votos válidos nas eleições proporcionais na Bahia foi de 8% em 1994 para 25% dos votos válidos em 2010. O número de eleitos naquele estado é crescente em todo o período analisado: de 2 deputados eleitos em 1994 para 10 em 2010. Deve-se destacar também que o número de candidatos, em patamar bastante elevado em 1994, se reduz sensivelmente em 1998, e recupera-se até atingir 21 em 2006, número que se manteve em 2010.

Nesse cenário o PT na Bahia se apresenta como caso ideal para iniciarmos nossa análise, cujo objetivo é verificar como os partidos organizam sua lista dada a preocupação de aumentar sua penetração no distrito eleitoral. Essa seria uma das estratégias adotada pelos partidos para aumentar seu contingente de votos, e consequentemente a bancada, minimizando o conflito interno, ou seja, minimizando as chances de que candidatos da mesma lista disputem votos nas mesmas áreas, podendo ter como consequência a evasão de votos para o partido.

Deve-se lembrar que este trabalho é apenas o início de uma pesquisa maior, que pressupõe, entre outros, ampliar o escopo da análise, tanto no que concerne a partidos/estados como as eleições averiguadas. Tornou-se flagrante o desconhecimento da Ciência Política sobre o processo eleitoral brasileiro. Já há número considerável de trabalhos que tratam da relação Executivo-Legislativo, e outro tanto sobre as eleições majoritárias, mas sobre as eleições proporcionais e suas nuances, – como se dão as disputas, o nível de competição intra-lista, a regionalização das escolhas de candidatos pelos partidos, entre outras questões – continuam sendo uma incógnita. Não há praticamente nenhum trabalho empírico com este intuito.

Retomando, como mostra a tabela 1 acima, a votação do PT na Bahia cresceu a cada eleição, mas ainda não se sabe como ela se distribui no espaço. Esse avanço se deve a um aprofundamento do partido nas regiões onde desde as primeiras eleições tem voto ou a um espraiamento no estado, aumentando as regiões onde está presente? A figura 1 apresenta o desempenho do partido ao longo das cinco eleições consideradas.

**Figura 1: Desempenho do PT para Câmara Federal nos municípios
(% válidos)**



Os mapas nos mostram que o melhora do desempenho do PT ao longo dos anos se deve a dois movimentos: tanto o aumento da votação nas regiões onde já verificava bom desempenho – como na região metropolitana de Salvador, por exemplo – como a entrada do partido em regiões onde não tinha (ou tinha poucos) votos. É notável que a cada eleição a área mais clara do mapa diminui, e progressivamente deixa de ser a mais extensa para quase desaparecer, tamanho é o crescimento do partido no estado.

O passo seguinte é entender se essa conquista das novas regiões deve-se à mudança da composição da lista, ou seja, se o partido procura compor seu plantel de candidatos levando em conta a questão regional. Por uma questão de espaço aqui vamos nos deter a análise apenas das duas últimas eleições (2006 e 2010).

A tabela 2 a seguir quantifica esse crescimento. O PT incrementou seu desempenho em 30% entre 2006 e 2010 na Bahia. Os votos nominais recebidos pelo PT saltam de 16,87% para 21,61% dos votos válidos do estado, enquanto os candidatos que concorrem em 2006 e 2010 pelo partido passam a ser responsáveis por 13% dos votos válidos do estado. Por outro lado, a fatia de cada uma dessas categorias se mantém estável entre as duas eleições, mostrando que o crescimento do partido em 2010 foi uniforme entre todos os grupos.

Tabela 2. Desempenho desagregado do PT - Deputado Federal BA 2006-2010						
	PT 2006			PT 2010		
	Qtd	% Total PT	% Válidos	Qtd	% Total PT	% Válidos
Votos de Legenda	181778	14,08	2,77	228311	13,61	3,40
Votos Nominais (total)	1108937	85,92	16,87	1449596	86,39	21,61
Votos Recandidatos	661857	51,28	10,07	904519	53,91	13,49
Votos Não Recandidatos	447080	34,64	6,80	545077	32,49	8,13
Total de Votos do Partido	1290715		19,64	1677907		25,02
Votos Válidos Bahia	6571881			6706987		

Quanto à composição das listas, dos 21 candidatos a Deputados Federais do PT na Bahia em 2006, 9 se mantiveram na lista em 2010. Dentre os 8 eleitos

em 2006, apenas 5 concorreram a reeleição em 2010⁴, 4 deles mantendo-se na legislatura seguinte. Dois dos suplentes de 2006 conseguiram uma cadeira, o que significa que as outras quatro conquistadas pelo partido atribuíram-se a novas candidaturas.

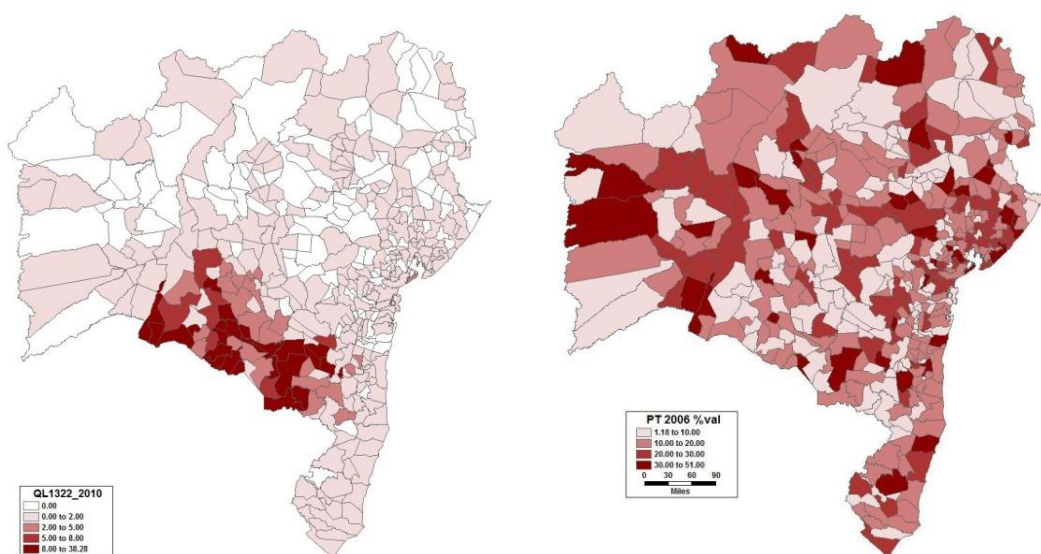
Há aqui dois caminhos de investigação possíveis, e que são complementares, que podemos seguir. O primeiro é identificar se a expansão das novas áreas coincide com as áreas de concentração de votos dos novos candidatos. O seguinte consiste em identificar se dentre os novos candidatos há “herdeiros” dos três deputados federais que não concorreram à reeleição. Em outras palavras, se o partido se preocupou em não perder o espaço que já tinha conquistado, e como se deu a conquista de um novo espaço.

Primeiramente será observado se os candidatos ingressantes em 2010, eleitos e não eleitos, trazem votos nas regiões onde o PT não verificou bom desempenho em 2010:

O primeiro caso é o do candidato Waldenor Alves Pereira Filho (1322). Como fica evidente observando a figura 2.1 abaixo, o candidato – que foi eleito com 87.930 votos – apresenta QL na faixa mais alta na região do oeste baiano, nos arredores da cidade de Vitória da Conquista (e inclusive nela), a terceira maior cidade do estado. Nessa região a votação do PT em 2006 oscilou entre as duas faixas mais baixas. Ou seja, esse exemplo está de acordo com a hipótese que o partido busca candidatos com potencial de votos, que registrem melhor desempenho, em áreas onde ele é mais frágil.

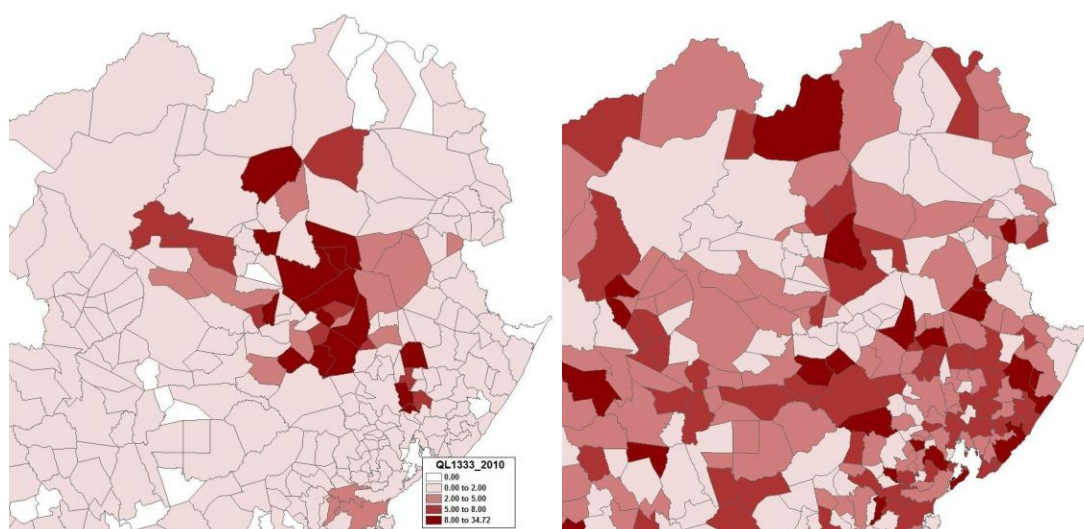
⁴ Um dos deputados que não concorre a reeleição foi eleito prefeito de Vitória da Conquista em 2008, outro foi candidato ao senado em 2010, conquistando a primeira cadeira do PT na Casa, e o terceiro concorreu a governador pelo PV.

Figura 2.1 - QL ingressante 2010 X Desempenho do PT em 2006



Outro caso interessante é o do candidato José Paulo Crisóstomo Ferreira (1333). Ele teve mais de 22 mil votos, e seu melhor desempenho foi verificado em cidades onde o PT não teve boa votação em 2006. Apesar de não ser uma região onde o PT teve desempenho fraco de um modo geral, o interessante é a complementaridade dos mapas.

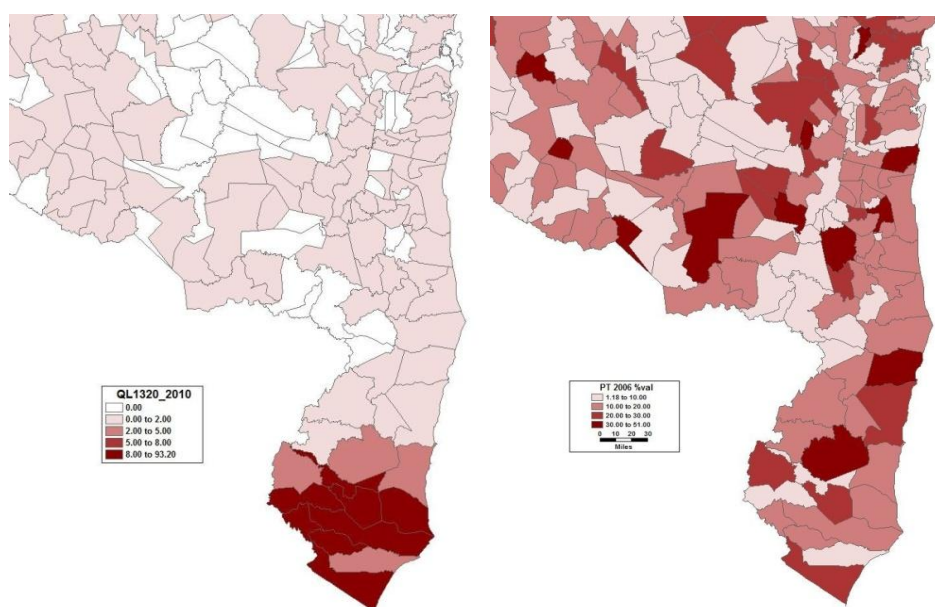
Figura 2.2 - QL ingressante 2010 X Desempenho do PT em 2006



O melhor desempenho do candidato é verificado justamente nas cidades em que o partido se apresenta mais fraco. E aquelas cidades em que o PT verificou bom desempenho, o índice do Quociente Locacional do candidato está na faixa mais baixa.

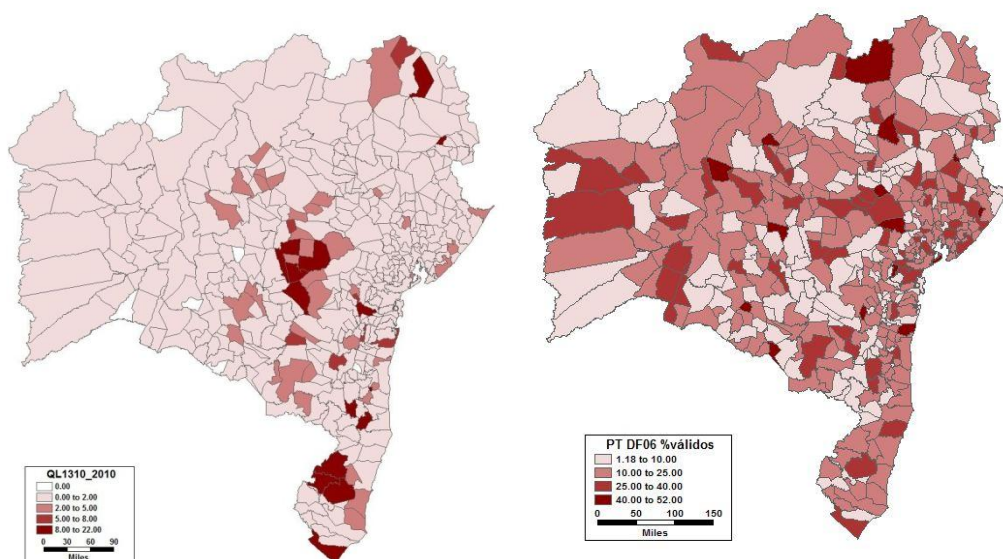
O caso do candidato João Bosco Bittencourt (1320) também ilustra bem esse caminho. Sua votação foi um pouco acima dos 27 mil votos, sendo que mais 22 mil angariados na cidade de Teixeira de Freitas, no extremo sul baiano. Nesta cidade o PT alcançou 12.127 votos em 2006 (somando os votos nominais, que foram menos de 10 mil, e os de legenda).

Figura 2.3 - QL ingressante 2010 X Desempenho do PT em 2006



Embora de uma forma geral as os candidatos novatos apresentem seu melhor desempenho em áreas onde o partido é frágil, alguns verificam seu melhor desempenho em regiões onde o partido tem desempenho médio ou mesmo alto, como mostra o exemplo do candidato Valmir Carlos da Assunção (1310), que foi Deputado Estadual e se elege Deputado Federal pela primeira vez em 2010 com 132.999 votos.

Figura 2.4 - QL ingressante 2010 X Desempenho do PT em 2006



As duas regiões em que Valmir registrou QL alto são, de um modo geral, regiões em que o desempenho do PT em 2006 foi mediano, nem alto nem baixo. Ainda assim, em algumas cidades como Boa Vista do Tupim, na região central do estado da Bahia, a votação do candidato sozinho em 2010 responde por mais que o dobro dos votos que o PT recebera na cidade em 2006.

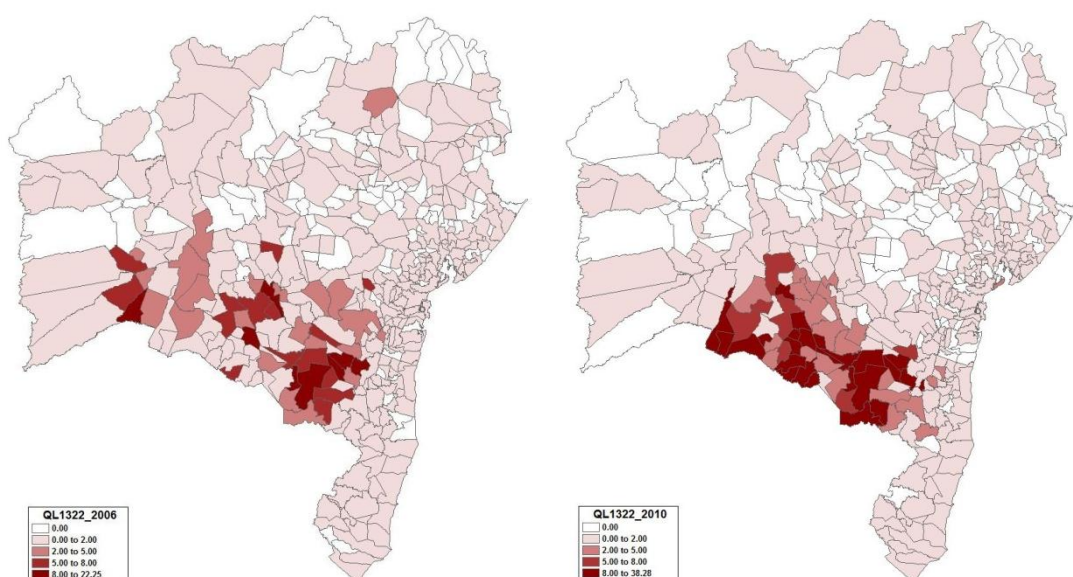
Verificamos movimento semelhante com a distribuição dos votos da candidata não eleita Jussara Marcia do Nascimento (1314). Os municípios de desempenho acima da média da candidata estão no entorno da cidade de Dias D'Avila, na região metropolitana de Salvador. Jussara concorreu à prefeitura da cidade sem sucesso em 2008, mas sozinha, mais do que triplicou a votação do PT na cidade em 2010 se comparado com o desempenho do partido ali em 2006. Foram 15.214 votos que ela recebeu na cidade em 2010 ante 4.033 votos do PT em 2006.

Todavia, como mostram os mapas do anexo 1 (QL de todos os ingressantes) esta sobreposição é exceção, e não a regra. De um modo geral, mesmo os candidatos com menores votação (o último colocado da lista do partido teve apenas 1.352 votos) registram QL mais alto em cidades em que o desempenho do PT em 2006 encontra-se nas duas menores faixas.

Passemos agora a um segundo ponto: quando um deputado federal não concorre a reeleição, o partido se preocupa em apresentar um substituto, dito de outra forma, há um herdeiro dos votos desse desistente?

Dentre os três desistentes, Guilherme Menezes de Andrade, Walter De Freitas Pinheiro e Luiz Carlos Bassuma, foram identificados herdeiros apenas para os dois primeiros casos. Waldenor Alves Pereira Filho é herdeiro de Guilherme Menezes de Andrade, e embora tenha uma votação mais espreiada que o primeiro, ambos concentram seus votos na mesma região, o coeficiente de correlação entre a votação dos dois é de 0,94.

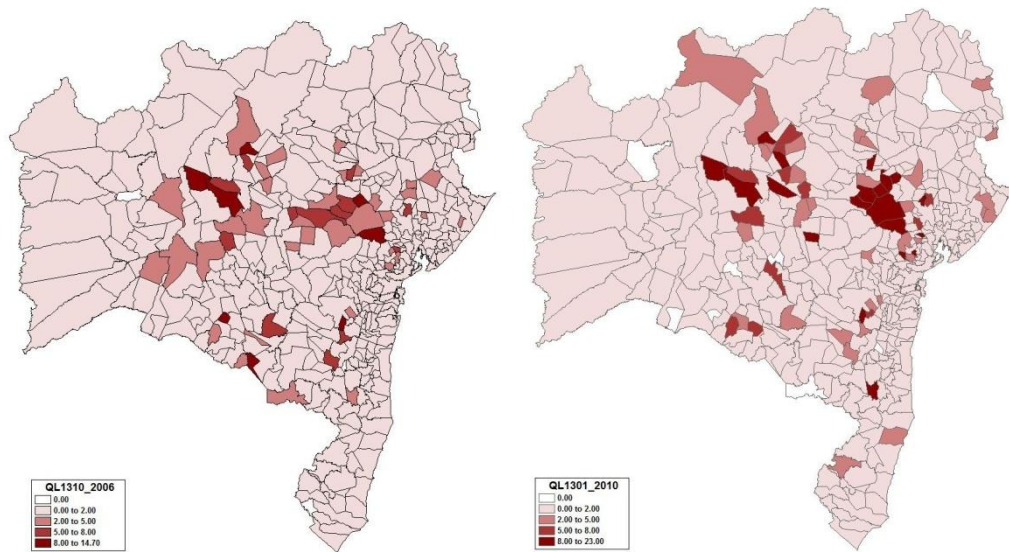
Figura 3.1 – Desistentes e Herdeiros



Pereira Filho praticamente mantém as cidades que seu antecessor registrou desempenho acima do esperado como o expande. Fora do oeste baiano o desempenho dos dois foi baixíssimo, praticamente inexistente.

Walter Pinheiro Leite (1310), que concorre ao senado em 2010, tem como herdeiro o candidato Afonso Bandeira Florence (1301), que foi secretário estadual na gestão 2007-2011 de Jacques Wagner.

Figura 3.2 – Desistentes e Herdeiros



O mapa acima mostra que o deputado Bandeira Florence manteve e ampliou as áreas de bom desempenho de seu antecessor. O coeficiente de correlação entre a votação deles é de 0,864.

V. Considerações Finais e Próximos Passos

O esforço inicial estabelecido neste texto teve como objetivo apresentar a relevância da análise espacial na formação das listas partidárias nas disputas para o cargo de deputado federal no Brasil. Explorou-se aqui a formação das listas partidárias realizadas pelo PT no estado da Bahia.

Os resultados sugerem que a exploração deve ser seguida. O partido deu mostras de buscar incorporar nomes em suas listas que cobrissem áreas nas quais seu desempenho havia sido baixo na eleição anterior.

Os próximos passos se dão em duas frentes: a primeira é expandir a análise para outros partidos e estados, como forma de verificar o grau de utilização das listas como estratégia de atuação dos partidos, inclusive buscando distinguir os casos de sucesso da expansão daqueles de retração da participação de determinado partido em um distrito específico. A segunda se dá no aprofundamento temporal da análise realizada aqui, buscando detalhar ainda mais a escolha dos nomes das listas dos partidos. Tais análises contribuirão

para a compreensão mais efetiva da dinâmica eleitoral no país e da forma como os partidos agem com o intuito de fortalecerem-se.

Bibliografia

- Avelino Filho, G., Biderman, C. e Silva, G. P. 2011. “A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações”, Dados XXXXXX.
- Benavid-Val, A. Economy Composition Analysis. IN: Regional and Local Economic Analysis for Practioners, NY, Praeger, Capítulo 7, 1991, pp. 67-76.
- Carneiro, Leandro Piquet. E Almeida, Maria Hermínia Tavares de. 2008. “Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira”. Dados, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2.
- Cox, G. W. 1997. *Making Votes Count*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cox, G. W. 2005 “Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization.” in *Handbook of New Institutional Economics*, ed.
- Lamounier, B. “Authoritarian Brazil Revisited: The Impact of Elections on the Abertura”. In: A. Stepan (ed.) *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, Oxford, Oxford University Press, 1989, pp. 43 – 79.
- Limongi, F. e Cortez, R. 2010. “As eleições de 2010 e o quadro partidário”, *Novos Estudos*, n.88, PP. 21-37.
- Mainwaring, Scott. (1991), “Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective”. *Comparative Politics*, vol. 24, no 1, pp. 21-43.
- Przeworski, A. e Sprague, J. 1989. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, F. 2008. “Brazilian democracy and the power of "old" theories of party competition”. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, Jan/Jun.

Anexo1

Lista do PT para Deputado Federal – Bahia 2010

Nº	Nome Candidato	Votação	Situação Final	Situação na Lista
1303	Luiz Alberto Silva Dos Santos	143795	Eleito	candidato em 2006
1312	Josias Gomes Da Silva	63729	Eleito	candidato em 2006
1313	José Eduardo Vieira Ribeiro	60193	Eleito	candidato em 2006
1330	Geraldo Simões De Oliveira	75977	Eleito	candidato em 2006
1346	Nelson Vicente Portela Pellegrino	27273	Eleito	candidato em 2006
1363	Rui Costa Dos Santos	109109	Eleito	candidato em 2006
1301	Afonso Bandeira Florence	2251	Eleito	novo na lista
1310	Valmir Carlos Da Assunção	22276	Eleito	novo na lista
1311	Amauri Santos Teixeira	55428	eleito	novo na lista
1322	Waldenor Alves Pereira Filho	69619	eleito	novo na lista
1300	Sergio Barradas Carneiro	26947	suplente	candidato em 2006
1331	Emiliano José Da Silva Filho	63686	suplente	candidato em 2006
1357	Joseph Wallace Faria Bandeira	16546	suplente	candidato em 2006
1314	Jussara Marcia Do Nascimento	202798	suplente	novo na lista
1320	João Bosco Bittencourt	1362	suplente	novo na lista
1323	Veronica Mauadie De Almeida	14171	suplente	novo na lista
1333	José Paulo Crisóstomo Ferreira	212157	suplente	novo na lista
1340	Raimundo Nonato Tanuri Bento	55552	suplente	novo na lista
1352	Nilo Rosa Dos Santos	132999	suplente	novo na lista
1355	Luiz Sergio Suzarte Almeida	5798	suplente	novo na lista
1388	José Luiz Ressurreição Dos Santos	87930	suplente	novo na lista

Figura – Mapa do QL dos candidatos ingressantes na lista

